

# **POLÍCIA**

---

# **MILITAR**

**DE MINAS GERAIS**

**13ª REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR**

## **DIRETRIZES PARA AÇÃO DE COMANDO**

**2017/2018**

Para o biênio 2017/2018, a 13ª Região da Polícia Militar adotará os seguintes postulados e diretrizes gerais, como roteiro para as nossas “AÇÕES DE COMANDO”.

Esse documento visa indicar a direção, o rumo que se pretende seguir na consecução dos Objetivos Institucionais contidos no Plano Estratégico 2016-2019.

Jesus Milagres, Cel PM  
Comandante da 13ª RPM





# OBJETIVOS E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS CONSIDERADOS

## OBJETIVOS VOLTADOS PARA A SOCIEDADE

### Objetivo 01

Contribuir para o aumento da sensação de segurança.

*Definir processos e instrumentos que permitam captar as necessidades do cidadão e da comunidade.*

### Objetivo 02

Contribuir para a redução do crime violento no Estado de Minas Gerais.

*Fomentar a definição de metodologia de gestão integrada da segurança pública nos municípios mineiros.*

*Potencializar a atuação do Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM), por meio da aquisição de ferramentas analíticas, da melhoria de processos e de capacitação, de forma a prevenir, neutralizar e reprimir os atos criminosos.*

### Objetivo 03

Reduzir o custo e o tempo de atendimento de ocorrências policiais por meio do registro do TCO

## OBJETIVOS VOLTADOS AOS PROCESSOS INTERNOS

### Objetivo 05

Promover a reestruturação logística e operacional da setorização do policiamento

*Aprimorar os critérios de territorialização e setorização do policiamento, com foco no envolvimento comunitário e integração, para planejamento e implementação de políticas públicas.*

## Efetivo - a prioridade devem ser os Destacamentos

A alocação do efetivo deve partir das frações destacadas para as sedes.

A definição das prioridades levará em consideração o Índice de Crimes Violentos, o Índice de Crimes e a proporção de policiais por habitantes.

O Consórcio de frações deverá ser uma estratégia de ocupação e suplementação de vulnerabilidades.

A escala em frações destacadas deverá primar, sempre que possível, pela permanência de, pelo menos, uma dupla de policiais no município.

Essa diretriz não obsta o emprego de Patrulhas Unitárias em horários específicos.

## Aproveitamento de militares com capacidade laborativa prejudicada.

Sempre que possível, militares com dispensa-saúde definitiva deverão ser empregados na Atividade-meio.

Militares com capacidade laborativa mitigada deverão ser empregados também em atividades de apoio, tais como registro posterior de REDS, atendimento ao público, teleatendente do serviço 190 e rádio-operador, dentre outras atividades compatíveis com sua condição física.

No caso de registro posterior de REDS e atendimento ao público realizado por militar com dispensa do uso de fardamento, deve-se observar o disposto no Mem 40.154/2015, que regula o uso do uniforme D2 - agasalho, sempre que possível.



# RECURSOS HUMANOS

“O ESQUECIMENTO SISTEMÁTICO DO ANTIGO É UM E O ÚNICO MEIO DE FORÇAR O NOVO”

Peter Drucker

# Recursos Humanos

## Acessibilidade para os nossos policiais militares

É crucial abrir a porta dos gabinetes.

Todo policial militar que quiser conversar com seu Comandante tem esse direito.



Para falar com qualquer Comandante, não é necessário agenda. Agenda é para o público externo.

É obrigação dos Comandantes, em todos os níveis, ouvir seus colaboradores; oportunizar-lhes o acesso e, mesmo que não possam resolver seus problemas, dar-lhes, ao menos, a oportunidade de falar.

## Disciplina - cuidado com os desvios de conduta

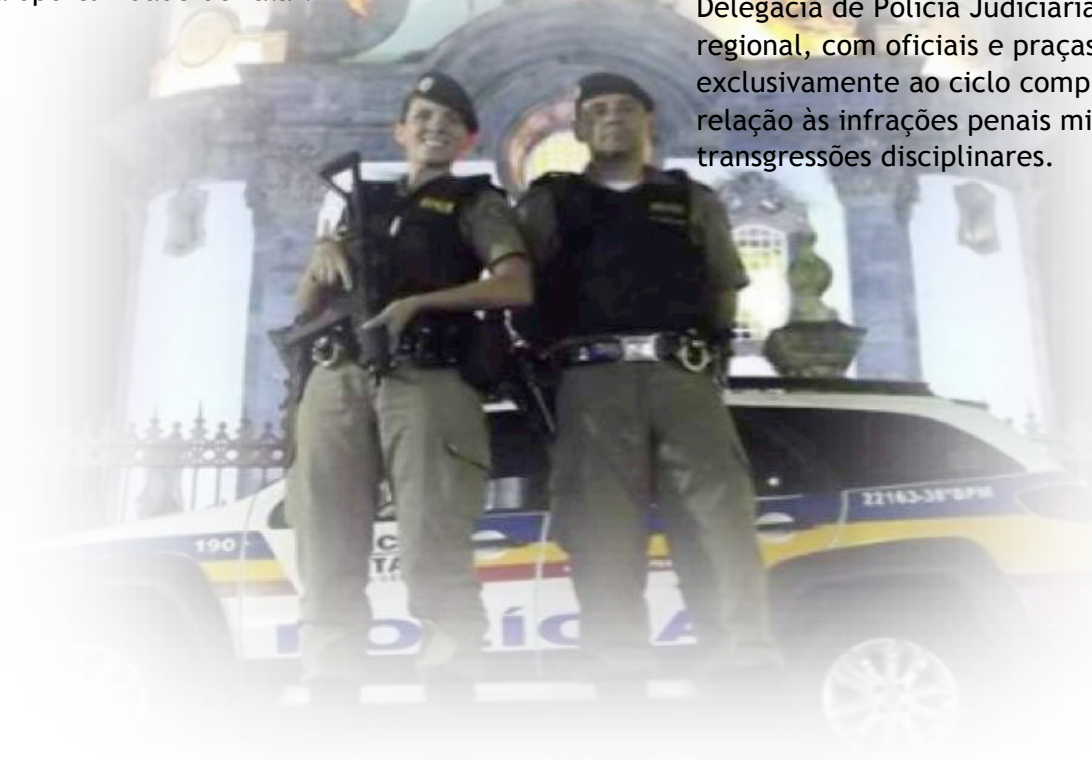
A disciplina é o fundamento da hierarquia. Onde há disciplina, a hierarquia é consequência.

É preciso que tenhamos compromisso com a disciplina de nossa tropa. Esse compromisso é um pacto entre postos e graduações, tendo como finalidade última o prestígio de nossa Instituição.

O desvio de conduta deve merecer dos Comandos, em todos os níveis, a providência adequada. Mas antes que seja necessária uma comunicação disciplinar, é possível que a coordenação, o controle e até o aconselhamento nos possibilite antecipar aos fatos e evitar a ocorrência da transgressão.

É imperioso que se observem os diversos níveis hierárquicos e funcionais: um Soldado responde ao seu CPCia. Este responde ao respectivo Cmt Cia. O Cmt Cia responde perante seu Cmt de Unidade que, por sua vez, responde ao Comandante Regional. Subverter essa ordem é menosprezar o papel de cada nível na manutenção da disciplina.

É estratégia da 13ª RPM a criação de uma Delegacia de Polícia Judiciária Militar em nível regional, com oficiais e praças dedicados exclusivamente ao ciclo completo de polícia em relação às infrações penais militares e transgressões disciplinares.







## Recursos Humanos

### Controle de carga horária

Deve-se lançar todo tipo de empenho no sistema de controle de carga horária. Devemos conhecer e utilizar os relatórios do **Sistema REDEOP**, de forma a maximizar o percentual de emprego do efetivo na atividade finalística.

A auditoria desse controle pertence à respectiva fração e subunidade, mas é responsabilidade também do próprio militar.

No caso da Administração, a complementação de carga horária será feita por meio de emprego mensal em Operações e Eventos.

### Recompensas - reconhecer é mais do que elogiar.

Seja rigoroso com a disciplina.

Prefira, porém, ser pródigo na atividade de recompensar seu subordinado. Reconhecer o mérito de cada um nunca é demais. Atuações conjuntas, desta forma, merecem reconhecimento conjunto.

Embora seja comum entender que o policial que realizou uma prisão não fez mais do que a sua obrigação, é imperioso reconhecer que houve um esforço, um compromisso, um ato vocacionado que merece ressaltar. Destacar a ação preventiva que evitou um crime, a ação de polícia comunitária que fomentou a aproximação entre polícia e cidadão ou o esforço dispendido que resulta na ausência de crimes violentos também é crucial e não deve ser negligenciado. Da mesma forma, um militar que realizou um trabalho administrativo de vulto também merece recompensa pelo serviço feito. Aguardar o decurso do ano e conceder recompensa pelo conjunto da obra pode não ser assim tão justo.

Tenha por hábito recompensar.

Um Procedimento de Recompensa deve ser criterioso no sentido de identificar o mérito da ação e individualizar a participação de cada qual. Deve, no entanto, ser célere, de forma a garantir o reconhecimento oportuno da ação. A SRH da 13ª RPM ficará encarregada de criar um protocolo padrão para trâmite de **Procedimentos de Recompensa Eletrônicos**, via Intranet/PA e/ou plataforma google/formulários, com relatório do fato, discriminação das participações individuais e coletivas, parecer do CEDMU e decisão do respectivo comandante. A recompensa deve ser concedida em, no máximo, 30 dias a contar do fato.

## Atividade de Inteligência voltada para a Segurança Pública

A Atividade de Inteligência somente se justifica se voltada efetivamente para a Segurança Pública.

A produção do conhecimento deve abranger uma análise meticulosa do crime, do criminoso e do ambiente onde o crime ocorre.

Considerando a natureza *preventiva* da nossa Missão, a produção do conhecimento deve também abranger as circunstâncias condicionantes do crime, o possível criminoso, assim como o ambiente profícuo à prática criminosa, de forma que o policiamento tenha condições de se antecipar aos fatos e evitar a eclosão do delito.

Nesse enfoque, ganha importância a maior proximidade entre a Atividade de Inteligência e o policial que trabalha nas ruas.

### Proximidade com o Policial de rua

Os integrantes da Atividade de Inteligência devem saber que somente lhes é possível exercer sua atividade em plenitude se estiverem junto da tropa.

Por isso, é deveras importante participarem dos treinamentos e chamadas juntamente com os policiais que trabalham na rua. É importante dividirem informações com eles. Um fragmento de informação obtido por meio de uma denúncia anônima pode somar ao conhecimento de um policial de rua e formar convicção em torno de um crime. Montar esse quebra-cabeças é papel dos Agentes de Inteligência.

Para tanto, é crucial ter a confiança da tropa.

Um Agente de Inteligência não está junto da tropa para fiscalizar, mas sobretudo para somar conhecimento com a finalidade de auxiliar no encerramento da ocorrência.

### Operacionalização da Atividade

Os Comandos de Unidades deverão operacionalizar a Atividade de Inteligência. E isso será feito a partir da presença constante do oficial P/2 na rua.

Comandantes e P/2 deverão reunir-se e trabalhar conjuntamente com membros do Ministério Público, oferecendo-lhes recurso humano e logístico para fins de identificação de grupos criminosos, especificamente aqueles voltados para a prática de roubo, receptação, explosão de caixas eletrônicos e tráfico de drogas.

Havendo disposição do Ministério Público, a 13ª RPM poderá fornecer efetivo fixo para execução de atividades de combate ao crime organizado (GAECO-MPMG), mediante parceria que viabilize recursos logísticos adequados para tal finalidade.

# ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

“A ESSÊNCIA DO CONHECIMENTO CONSISTE EM APLICÁ-LO, UMA VEZ POSSUÍDO.”

Confúcio

## GTAI - Grupo Tático de Atividade de Inteligência

### Atividade de Inteligência voltada para a Segurança Pública

Todas as Unidades deverão estruturar sua Atividade de Inteligência com foco na Atividade Finalística. A força tarefa discriminada para esse fim será denominada GTAI - Grupo Tático de Atividade de Inteligência.

A composição do GTAI será submetida ao crivo do Sistema de Inteligência da Polícia Militar e os militares constituirão a força de manobra do respectivo Comandante para, sumamente, realizarem duas atividades específicas:

- Identificar e prevenir a ocorrência de delitos, por meio de Ações de Inteligência;
- Após a eclosão do crime violento, realizar rastreamento e não voltar sem que os autores do fato estejam presos.

Desta forma, o GTAI atuará doutrinariamente como um policiamento velado, com liberdade de atuação em face do evento delituoso. Para fins de controle, sempre que possível, o GTAI será comandado por oficial subalterno. Caso isso não seja possível, o próprio P/2 acumulará esse encargo.

## ISP como parte da Análise Criminal

A Atividade de Inteligência retorna à Análise Criminal como parte do Núcleo de Análise Criminal - NACrim.

É crucial que, para análises criminais em profundidade, além dos estudos estatísticos, de natureza quantitativa, haja uma abordagem qualitativa sob o enfoque da Atividade de Inteligência. Essa será a tônica do NACrim: o Analista de Defesa Pública qualifica as informações com autoria, modus operandi, meio de fuga e demais dados; e o responsável pelo controle de DDU's relaciona a análise às demandas advindas da sociedade por meio de denúncias anônimas.

## Mapeamento da Atividade de Inteligência

A Atividade de Inteligência não é comumente mapeada. Desta forma, não se sabe ao certo quais esforços e quais padrões é possível obter do exercício continuado dessa atividade. Esse mapeamento é crucial.

Além do enfoque operacional-finalístico da Atividade, em nível de atividade de apoio, será procedido o mapeamento das ações de inteligência e seus respectivos resultados, a partir dos seguintes constructos:

- DDU de porte/posse ilegal de arma de fogo
- DDU de tráfico de drogas
- Demais DDU's
- Pontos de tráfico de droga
- Residências de traficantes
- Pontos de uso de droga
- Rotas do tráfico de drogas
- Instituições de ensino e serviços bancários
- Autores contumazes
- DDU's respondidas
- Prisões, denúncias e condenações
- Apreensões realizadas
- Outras ações e resultados





## APOIO OPERACIONAL

As Atividades de Apoio Operacional devem permitir o planejamento adequado e a resposta imediata e eficaz, de modo a reduzir o crime e o medo do crime.

Considerando a competência constitucional da PMMG, as atividades de Apoio Operacional deverão observar as seguintes premissas:

**FOCO NA PREVENÇÃO**

**REPRESSÃO CIRÚRGICA.**

## Foco na Prevenção como Estratégia de redução criminal

A atividade primordial da 13ª RPM será a prevenção ao delito. A atividade preventiva deverá prevalecer entre os portfólios de serviços prestados pelas Unidades subordinadas.

O foco na prevenção depende de:

- Uma análise criminal em profundidade e georreferenciada;
- Portfólios adequados ao recurso humano e logístico disponível;
- Máxima visibilidade da Polícia Militar em todos os municípios;
- Ocupação estratégica da geografia urbana e rural;
- Ativismo policial - o militar deve estar atento e atuante, enquanto estiver de serviço e, fora dele, estando fardado.

## Lançamento cirúrgico da Atividade Repressiva

A atividade repressiva caberá quando a atividade preventiva falhar e houver necessidade de restabelecimento da ordem.

A atuação em ações repressivas pressupõe:

- Uma análise criminal em profundidade e georreferenciada;
- Sintonia fina entre policiamento de área e suplementação operacional;
- Conceito de atuação específico, mediante saturação, uso legal da força e medidas de coerção;
- Definição cirúrgica de alvos e objetivos;
- Experiência operacional comprovada.

*“Arranjos nos quais prevalece a prevenção geralmente indicam certo avanço no processo civilizador”*

**Norbert Elias**



# APOIO OPERACIONAL

## Proximidade com a população como estratégia de prevenção criminal

A proximidade com a população é condição inafastável para que possa haver interação entre Polícia e Cidadãos e, como consequência, para que haja, de fato, **POLÍCIA COMUNITÁRIA** na 13ª RPM.

Somente será possível essa interação, se houver **CONFIANÇA** entre as partes.

E somente haverá **CONFIANÇA**, de acordo com Piotr Sztompka, em sua célebre obra *Trust: a sociological theory*, se for observado pela Polícia Militar um conjunto de requisitos cientificamente comprovados

e que devem ser perseguidos por meio de estratégias claras e permanentes; 1) coerência normativa; 2) estabilidade da ordem social; 3) transparência; 4) accountability; e 5) familiaridade com o ambiente social.

A **coerência normativa** reside na devida conformação entre os serviços prestados e a filosofia de polícia comunitária, cuja lógica consiste na prevenção do crime e na proteção das **pessoas de bem**.

A **estabilidade da ordem social** implica na implantação e manutenção dessa filosofia, de forma a gerar, no público destinatário, o fenômeno chamado “**certeza institucional**”. Não se admitem, na produção de confiança, improvisos e surpresas normativo-operacionais. A atuação da instituição deve demonstrar coerência e estabilidade entre texto e contexto, focando os objetivos que se pretende alcançar.

A **transparência** da organização materializa-se na abordagem rigorosa do desvio comportamental e na produção de diagnósticos e **disponibilização de dados**, sem transformá-los ao critério das conveniências. A partir da transparência da organização, obtém-se a **accountability** desinteressada, qual seja, a prestação de contas à comunidade, de forma desinteressada. Esse desinteresse quer dizer que um fluxo de informações e demandas é gerado, em ambos os sentidos, da polícia para as pessoas e vice-versa, sem restrição de conteúdo que possa mascarar a realidade vivenciada.

Por fim, a **familiaridade com o ambiente social**, que permite que as partes se conheçam pelo **nome** e pelas relações cotidianas de atenção e proteção. Os policiais que atuam de acordo com esse modelo devem conhecer em profundidade o local onde trabalham, além das pessoas, as potencialidades e as ameaças à paz social presentes no seu setor de policiamento.



# APOIO OPERACIONAL

## Proximidade com a população como estratégia de prevenção criminal

A proximidade com a população deverá ser um objetivo em si mesma, e será obtida pela coordenação das seguintes estratégias e ações, entre outras, a critério dos respectivos Comandantes de Unidades:

a) Todos os Comandantes de Destacamento deverão fomentar e manter, de modo permanente, nos respectivos municípios, ao menos, um Projeto Social que tenha como escopo a interação entre Polícia e Sociedade.

b) Todas as Bases Comunitárias Móveis, em

Ponto-Base, deverão manter-se abertas, com os respectivos toldos descerrados e em condições de receber a população. Se houver cadeiras, por que a população não pode usá-las durante o atendimento?

c) Todas as frações destacadas deverão receber pintura e layout novos, de modo a maximizar a visibilidade da PMMG nos respectivos municípios.

d) Todas as frações destacadas deverão ter, em sua fachada, um mastro com a Bandeira do Brasil hasteada.

e) Todas as frações deverão possuir um mural em estrutura metálica ou em alvenaria, com proteção de vidro temperado, instalado na calçada defronte a fração, onde deverão ser afixados avisos, orientações, cartazes, campanhas, telefones úteis, sínteses de estatísticas criminais locais e assuntos de interesse da população.

f) As estratégias de policiamento na 13ª RPM levarão em consideração o retorno do policiamento a pé, em duplas ou unitário.

g) Todos os Procedimentos Operacionais Padrão serão submetidos ao crivo e à aprovação da maior parcela possível da população envolvida, mormente aquela que é alvo da ação policial em questão. Estratégia nesse sentido deverá ser construída pela RPM.

h) As unidades deverão esforçar-se para criar e manter, principalmente manter, ações lúdicas de difusão de segurança voltadas à população em geral, e a grupos vulneráveis em particular. Nesse sentido, trupes, grupos teatrais e conjuntos musicais, entre outras expressões artísticas, deverão ser fomentados e valorizados como estratégia de interação comunitária e de prevenção criminal.

i) O Treinamento Policial Básico deverá ser utilizado para difusão da doutrina da PMMG para grupos sociais específicos, de modo a divulgar e legitimar nosso formato de atuação. Nesse sentido, vagas no TPB deverão ser disponibilizadas para militares das Forças Armadas e Bombeiros Militares, policiais civis, agentes penitenciários, integrantes de CONSEP, dentre outros segmentos, de forma a acompanharem nosso treinamento, naquilo que for pertinente, e conhecerem nosso modo de atuação e as razões que justificam esse formato.

## APOIO OPERACIONAL

### Setorização como prioridade nas cidades-sede

A **SETORIZAÇÃO** do policiamento é prioridade deste Comando.

O processo de setorização do policiamento deverá iniciar-se, de imediato, nas cidades-sede das Unidades de Execução: Barbacena, Conselheiro Lafaiete, São João del-Rei e Congonhas.

A setorização será de responsabilidade das Unidades. As linhas gerais do projeto, no entanto, serão definidas pela 13ª RPM, por meio de Instrução específica sobre o assunto, ficando, desde já, definido que o espaço geográfico correspondente a um setor será, necessariamente, dividido em subespaços de responsabilidade, denominados subsetores, a cargo de equipe específica de policiais militares. A setorização deverá fundar-se nos seguintes pressupostos:



## RAPIDEZ como diferencial na prevenção motorizada

Uma estratégia bem sucedida de prevenção criminal é o GEPMOR. As unidades deverão resgatar esse conceito e fortalecê-lo.

Cursos capacitantes deverão ser realizados com apoio técnico da 194ª Cia Ens. Treinamento.

A ocupação dos centros comerciais deverá ser feita, predominantemente, por guarnições GEPMOR, já que esse serviço se destaca pela rapidez no deslocamento.



# APOIO OPERACIONAL

## Aferição do desempenho individual

Se os Comandantes quiserem compromisso de seus subordinados, nada será mais decisivo para isso do que aferir o desempenho individual de seus policiais.

É crucial que os policiais saiam para o serviço sabendo que desempenho é esperado deles.

É necessário que a mensuração desse desempenho repercuta na Avaliação Anual de Desempenho

Profissional e seja critério para proposição de recompensas. As notas da Comissão Instrutiva para fins de Promoção devem ter em consideração o desempenho individual, cujas anotações são subsídio para justificar a atribuição de nota ao avaliado.

A aferição do desempenho individual, por meio de um **Acordo Individual de Resultados** e da fixação de um Índice de Produtividade, construído por meio de indicadores de resultado específicos e devidamente sopesados, permitirá aos Comandos reconhecer os destaques e adotar medidas corretivas em face de resultados abaixo da média.

É preciso, no entanto, rever o formato de metas estabelecido. As metas devem ter em foco o aumento de segurança de toda a população, mas também de determinados grupos populacionais em específico. Questões do tipo “menos mulheres vão ser vítimas de violência doméstica”, ou “menos pessoas negras vão ser vitimadas na sua área” serão objeto de análise para definição de ações tendentes a esse resultado.

## Critérios para lançamento do policiamento

O lançamento dos diversos portfólios de serviço deve levar em consideração critérios objetivos, fundados em análise criminal e formalizados por meio do

### Roteiro Estratégico de Policiamento.

O Roteiro Estratégico de Policiamento é uma ferramenta que substitui os tradicionais Cartões-Programa.

Os *inputs* que devem nortear a definição do Roteiro Estratégico de Policiamento, renovado semanalmente, advêm de análise que considere:

- Evolução semanal e quinzenal acumulada de crimes e crimes violentos monitorados;
- Mapeamento de delitos tendentes a evoluírem para o homicídio; e
- Disque Denúncia Unificado.

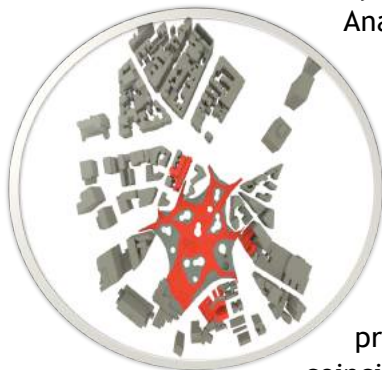




## Portfólio de Análise Criminal

A análise criminal é tão importante para o policiamento que o sucesso de estratégias, por mais criativas que sejam, somente é possível se o analista responsável conseguir mostrar *onde*, *quando* e *como* ocorrem os delitos.

O Comandante de Cia comanda sua fração. Mas é o Analista Criminal quem define *onde*, *como* e *quando* será lançado o policiamento. Daí sua importância. TODA fração, até nível Companhia, deverá possuir um Analista Criminal com dedicação exclusiva.



A análise criminal deverá ser feita semanalmente, de forma a subsidiar um Roteiro Estratégico de Policiamento que substitua os tradicionais cartões-programa.

Se o policiamento é setorizado, a análise criminal deverá ser setorizada também. Os problemas do setor não necessariamente coincidem com os problemas do município, como um

todo.

A 13ª RPM terá seu portfólio mínimo de análise criminal, em nível de Companhia, Unidade e Região. As análises serão feitas, conforme modelo padronizado. Se houver necessidade de condensar trabalhos, o formato idêntico das análises facilitará a compilação de dados.

## Núcleo de Análise Criminal - NACrim

Será criado, em nível de Região e Unidades, o Núcleo de Análise Criminal, constituído dos seguintes servidores, que exercerão suas atividades numa mesma sala:

- ❖ Analista de Defesa Pública - P/2
- ❖ Controlador de DDU's - P/2
- ❖ Analista Criminal - P/3
- ❖ Auxiliar de P/5

Nesse formato, o Analista Criminal quantifica os dados em análise; o Analista de Defesa Pública qualifica as informações com dados de autoria, *modus operandi*, meio de fuga e demais informações; o Controlador de DDU's relaciona a análise às demandas advindas da sociedade por meio de denúncias anônimas; e o Auxiliar de P/5 identifica agendas positivas e negativas que mereçam tratamento em nível de Comunicação Organizacional.

APOIO OPERACIONAL

NÃO É O MAIS FORTE QUE SOBREVIVE, NEM O MAIS INTELIGENTE. QUEM SOBREVIVE É O MAIS DISPOSTO À MUDANÇA”.

Charles Darwin

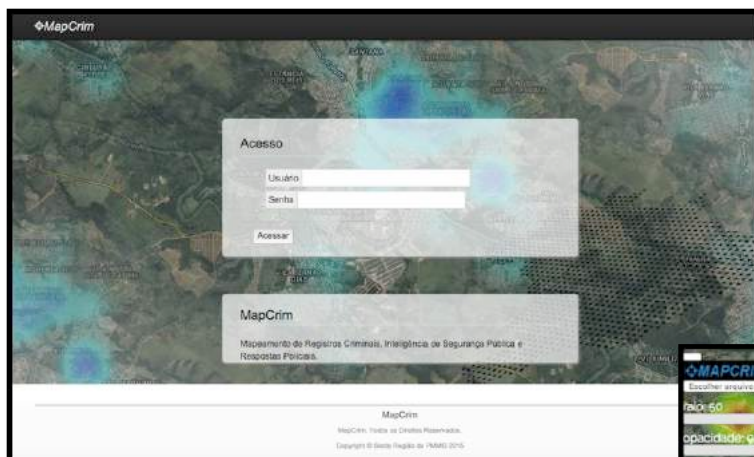
# MapCrim

## Mapeamento Criminal

Ferramenta de Estatística Espacial para a produção de conhecimento em Segurança Pública, por meio de mapas de pontos, kernel e clusters.

# APOIO OPERACIONAL

O MapCrim é uma plataforma que permite mapear todos os registros criminais e confrontá-los com dados de Inteligência de Segurança Pública, Respostas Policiais e Informações Processuais e Prisionais, fornecendo autocorrelações espaciais em todos os municípios. A plataforma permite ainda a realização do chamado “Flagrante Inteligente”.



O MapCrim é uma ferramenta de **Inteligência Geoespacial (GEOINT)** e **Mineração de Dados** de alcance interinstitucional, que proporciona acesso e análise de ambientes multifacetados, de forma lúdica e interativa. Todos os policiais terão acesso à plataforma, assim também Magistrados, integrantes do Ministério Público, Sistema Prisional e outros atores interessados.



## Diálogos de Segurança Pública

Todas as cidades-sede de Unidade de Execução Operacional deverão implementar o projeto “Diálogos de Segurança Pública”.

O projeto tem como escopo a realização de reuniões periódicas em comunidades carentes, com a presença do Comandante e Subcomandante, de todo o Estado Maior da Unidade, do Cmt Cia e Setor e das GuPM que trabalham naquela comunidade.

O objetivo é ouvir as demandas e críticas das pessoas, sem intermediários na realização desse diálogo. Nessas reuniões, a Polícia dá a cara a tapa. E quem tem legitimidade para nos criticar é o cidadão que, em última instância, é quem recebe nossos serviços diuturnamente.

Para cada reunião realizada, as Unidades deverão dar respostas pontuais àquilo que, dentro da reserva do possível, possa ser implementado.

Estamos falando de “customizar” o trabalho policial. Oferecer à população o que ela precisa.

# Tecnologia da Informação no Emprego Operacional

A rapidez no registro de ocorrências e a disponibilidade de informações para a tropa em tempo real são premissas de qualidade no atendimento.

Nesse sentido, deverão ser firmadas parcerias com outras instituições, como o Poder Judiciário e o Ministério Público de forma a prover todas as equipes operacionais da 13ª RPM de tecnologia embarcada, por meio de tablets e acesso à Internet, para fins de registro de REDS, RAT/BOS, consultas diversas de prontuários e veículos, acesso ao MAPCRIM, ao Roteiro Estratégico de Policiamento, à Intranet PM e a outros aplicativos de uso corrente na atividade finalística.

Havendo disponibilidade de videomonitoramento ou cessão de imagens por acesso remoto, as equipes operacionais poderão visualizar os ambientes monitorados à distância, diretamente de seu tablet.



## APOIO OPERACIONAL

## Videomonitoramento e cessão de imagens

Na 13ª RPM há cidades monitoradas em três formatos diferentes: por meio do projeto “Olho Vivo”, através de locação de equipamentos em parceria com prefeituras e por meio da cessão de imagem por particulares.

Os Comandos, nos diversos níveis, devem esforçar-se para obter das respectivas prefeituras parceria que permita a locação de câmeras para videomonitoramento, a exemplo do que já ocorre em Santos Dumont.

Há, no entanto, um novo formato de videomonitoramento, por meio da cessão de imagem por particulares. A PMMG, nesse caso, fomenta entre comerciantes e moradores de determinado setor a instalação de câmeras em circuito fechado de TV (CFTV). Esses comerciantes e moradores disponibilizam equipamentos com visão para os logradouros adjacentes e liberam, via internet, o sinal dessas câmeras para uso pela PM. Esse formato já funciona na cidade de Barbacena de modo experimental. Contudo, já se mostrou eficaz, inclusive permitindo o manejo das câmeras e a obtenção de imagens em celulares ou tablets. Esse formato pode e deve ser fomentado em centros comerciais, onde o cooperativismo permite a partição de custos.

A disponibilidade de imagens em tempo real ou gravadas permite aos policiais assistirem aos fatos e à fuga de eventuais cidadãos infratores antes mesmo de se deslocarem para o local. Além de maior segurança, permite também maior eficácia do rastreamento.



## APOIO OPERACIONAL

### Fomento à participação comunitária - CONSEP

O CONSEP somente será legitimado quando suas ações nascerem da comunidade e resultarem em melhorias concretas para essa mesma comunidade.

Dessa forma, é importante que o CONSEP interaja com as respectivas Associações de moradores e movimentos sociais ali inseridos. A partir dessa interação, as necessidades e os problemas vivenciados localmente serão identificados, estabelecendo-se metodologia para a busca de soluções.

Esse processo de interação, identificação de prioridades e formatação de soluções deverá ser fomentado pela PMMG, com vistas à formalização de **PLANO DE AÇÃO**, a partir do qual o CONSEP norteará sua atuação.

## Dignidade no atendimento REDS - TC

O atendimento à vítima, às testemunhas e ao autor do fato, durante o registro de uma ocorrência, deve ter em foco a dignidade da pessoa humana.

Da mesma forma, as condições para que o policial possa registrar a ocorrência devem ser dignas, considerando a importância de seu papel para a sociedade.

Nesse sentido, deve-se primar pela adequada celeridade na redação do REDS; evitar desnecessária exposição de vítimas, autores e testemunhas; permitir que o policial cumpra suas atividades preferencialmente dentro de seu turno de serviço; e evitar que seu descanso seja mitigado por deficiência do sistema.

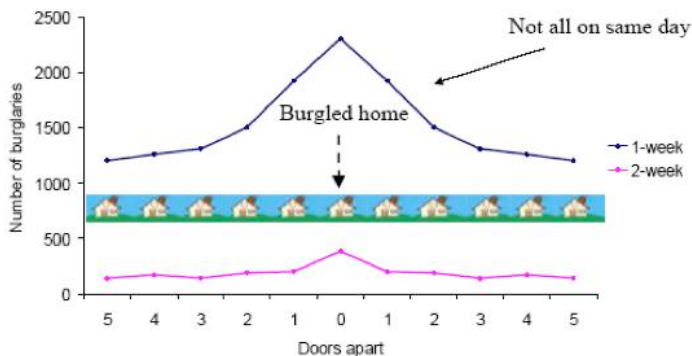
Para que isso seja possível, é prioridade, no âmbito da 13ª RPM, que se obtenha o aval do Poder Judiciário e do Ministério Público para que a PMMG possa lavrar, sem intermediários, o Termo Circunstanciado de Ocorrência previsto na Lei nº 9.099/95.

## Consultoria em Prevenção Ambiental

A ocorrência de delitos predatórios segue o padrão da oportunidade, qualquer que seja o ambiente de vitimização. Nesse sentido, tanto a ocorrência em estabelecimentos comerciais em geral, quanto aquela registrada em domicílios ou até mesmo em escolas, seguem a lógica da oportunidade, ou seja, é o ambiente e a postura da vítima que geram a oportunidade para a ocorrência do delito patrimonial.

Essa tendência é confirmada pela estratégia de “Predictive Policing”, implementada no Reino Unido por meio do Departamento de Ciências Criminais e Segurança da *University College London* (UCL).

Para implementação dessa estratégia na 13ª RPM, deverão ser criadas patrulhas especializadas em Consultoria em Prevenção Ambiental, tendo como escopo a análise da arquitetura e do ambiente onde o crime ocorre. Nesses locais e na vizinhança, a possibilidade de revitimização é maior, assim como a perspectiva de a própria vítima adotar posturas de autoproteção, antes negligenciadas.





# APOIO OPERACIONAL

## Segurança em Redes

As redes de Proteção são estratégias de envolvimento da comunidade nos problemas de segurança pública. O conjunto de redes de proteção, atuando de forma integrada, dá ensejo ao slogan “**Segurança em Redes**”, cujo escopo é gerar segurança por meio da

participação conjunta “Polícia e Sociedade” na redução do crime e do medo do crime.

Os Comandos deverão envidar esforços para implementar e expandir, entre outras, as seguintes redes:

- Redes de Vizinhos Protegidos
- Redes de Proteção do Comércio
- Redes de Proteção da Zona Rural
- Redes de Proteção Escolar
- Redes de Policiais Militares Protegidos
- Rede de Prevenção à Violência Intrafamiliar



As **Redes de Vizinhos Protegidos** devem ser priorizadas em logradouros onde houver registro de furto ou roubo a residência. A sua expansão deve ser feita mediante edital, com prazo para que eventuais interessados preencham abaixo-assinados e se cadastrem para receber o serviço. Reuniões envolvendo os moradores devem ser fomentadas a cada seis meses. Anualmente, as Unidades deverão prestar contas do serviço e seus resultados a todos os moradores inseridos no programa.

As **Redes de Proteção do Comércio** devem ser fomentadas em locais de aglomeração comercial, sendo pressuposto para sua implantação: a “Rede de Procedimentos”, direcionada àqueles que trabalham no comércio; a “Consultoria em Prevenção Ambiental”, voltada para a arquitetura do crime; e o uso pela PMMG de Circuitos de TV disponibilizados pelos próprios comerciantes. A implantação de Redes de Vizinhos Protegidos em áreas comerciais deve também ser fomentada, visando implantar a figura dos “vizinhos do comércio”.

As **Redes de Proteção da Zona Rural** pressupõem o efetivo mapeamento da zona rural, a implantação de patrulhas rurais, mormente por meio de motopatrulhamento, assim como a adoção de medidas de autoproteção por parte dos moradores e trabalhadores rurais.

As **Redes de Proteção Escolar** devem ser constituídas a partir de serviços já institucionalizados, como o PROERD e a Patrulha Escolar. Mas demandam também a implementação do Consep Escolar, do Consepinho, da Consultoria em Prevenção Ambiental focada na Arquitetura do Crime, de uma Rede de Procedimentos, dos “Vizinhos da Escola” e do fomento à participação empresarial por meio do Prêmio “Escola Consciente”.

A **Rede de Policiais Militares Protegidos** será implantada em todas as Unidades, como estratégia de valorização e preservação do público interno e será constituída de patrulhamento subsetorizado e focado na residência de militares inseridos no programa.

As atuais redes devem ser auditadas e receber tratamento de manutenção, de forma a não gerar o descrédito da estratégia.

## APOIO OPERACIONAL

Segurança em Redes

## Rede de Prevenção à Violência Intrafamiliar - RPVI

O programa “**Em Prol da Família e da Vida**”, reconhecido pela SEPLAG/MG (2013), pela SEDS/MG (2014) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), encontra-se em execução, no 9º BPM, desde 2011, com resultados promissores no campo da prevenção à violência letal.

A **Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica** é um portfólio de serviços oferecido pelo 9º BPM desde 2012, também com resultados promissores.



A junção dessas duas ações resultou na **Rede de Prevenção à Violência Intrafamiliar**. Essa rede foi primeiramente instalada em Barbacena. Posteriormente, foi expandida para os 19 municípios do 9º BPM. É preciso, contudo, auditar as respostas do programa e potencializar suas ações, envolvendo mais policiais e parceiros. Além disso, é meta expandir essa metodologia para todas as cidades da 13ª RPM, a começar pelas sedes de Unidade de Execução Operacional.

A metodologia quebra o paradigma da impessoalidade e da imparcialidade, conceitos diferentes no âmbito da atuação no programa. O atendimento feito pela Polícia Militar deve ser imparcial em relação aos fatos e às pessoas envolvidas. Mas não há de ser impessoal, porque os policiais que fazem o registro são pessoas humanas. E os envolvidos como autor e vítima também são pessoas humanas, envolvidas numa lide. Essa personificação da atuação policial tem como fundamento a condução humanizada das ocorrências, o respeito às diferenças, o tratamento sem uso de jargões policiais, o uso do nome e sobrenome dos envolvidos e dos militares e, em última instância, a humanização do trabalho policial. A atuação em rede, por meio de parceiros, permite a horizontalidade das ações e é condição inafastável de sua maior eficácia.



## Polícia Militar Rodoviária

A atividade especializada de trânsito rodoviário deve ser considerada sob dois aspectos:

- Como instrumento de fiscalização de trânsito nas rodovias sob responsabilidade da 13ª Cia Ind MAT, visando evitar a ocorrência de mortes nesse ambiente;
- Como uma ferramenta essencial no combate ao crime organizado, em apoio e suplementação às Unidades de Área.

Apesar disso, a Polícia Militar Rodoviária deve atuar com máxima visibilidade, de forma a exercer sua atividade com viés predominantemente preventivo.



## APOIO OPERACIONAL Atividades Especializadas

As sedes da Polícia Militar Rodoviária devem ser instaladas, prioritariamente, à beira da rodovia, porque é nesses locais que, tradicionalmente, as pessoas esperam encontrar a Polícia Rodoviária.

Um Posto PMRv deve, no entanto, oferecer condições de salubridade, conforto e, principalmente, segurança aos policiais e cidadãos que a ele se dirigem.

Deverá ser formada, em nível regional, uma guarnição devidamente equipada, com efetivo específico e viatura com cofre, para realização de operações repressivas de combate ao crime violento. Essa guarnição terá composição semelhante a uma equipe de Tático Móvel e atuará especificamente em rodovias e estabelecimentos localizados nessa ambiência.

## Polícia Militar de Meio Ambiente

A atividade especializada de Policiamento Ambiental deve ser considerada sob dois aspectos:

- Como instrumento de fiscalização das infrações ambientais em áreas sob a responsabilidade da 13ª Cia Ind MAT;
- Como uma ferramenta essencial no combate ao crime organizado e no patrulhamento rural, em apoio e suplementação às Unidades de Área.

A Polícia Militar de Meio Ambiente atua, basicamente, com base em denúncias, o que torna a atividade eminentemente repressiva. Essa postura, no entanto, deve ser rechaçada, porquanto seja possível a adoção de estratégias preventivas e comunitárias voltadas para a preservação ambiental.

Uma estratégia a ser fomentada será o lançamento de **patrulha mista**, formada pelas equipes de patrulhamento rural e de Meio Ambiente.

Além disso, a realização de palestras e campanhas educativas deverá ser estratégia a ser adotada em todas as cidades da 13ª RPM.

Os Comandos deverão realizar esforço de forma a manter funcional o Programa de Educação Ambiental, como estratégia mestre de prevenção e aproximação comunitária.



## APOIO OPERACIONAL

### Recobrimento de vulnerabilidades

O recobrimento de vulnerabilidades será feito no âmbito da 13ª RPM pelos seguintes portfólios: Policiamento Tático Móvel; Policiamento Especializado, conforme critérios definidos pela Instituição (Choque, GER, Rotam e BOPE) e, em situações previamente definidas pelo Comando Regional, por meio da Companhia de Suplementação Operacional (CiaSO).

## Policiamento Tático-Móvel e Especializado

É estratégia do Comando Regional a elevação dos Pelotões TM sediados em Barbacena, Conselheiro Lafaiete e São João del-Rei a Companhia TM, e a criação de um Pel TM em Congonhas, desde que satisfeitas as exigências institucionais.

A execução do recobrimento em modelo supraterritorial ficará a cargo, dentro das respectivas unidades, do efetivo empregado no policiamento Tático Móvel.

No âmbito da Região, o recobrimento se dará por meio de Policiamento Especializado (Choque, GER e BOPE), conforme regras definidas pela Instituição.

São pressupostos referentes ao recobrimento de vulnerabilidades na 13ª RPM:

- ❖ Nenhum militar, oficial ou praça, chegará a 13ª RPM e será diretamente designado para esse portfólio. Militares nessa situação, ainda que qualificados para a atividade, deverão conhecer seu local de atuação. Esse conhecimento do local de atuação será obtido por meio de seu emprego em viaturas de atendimento comunitário. Somente após cumprida essa formalidade, desde que mantida a conduta e expertise de antes, poderá o militar ser efetivado em atividades de recobrimento.
- ❖ Esse portfólio não poderá, salvo necessidade premente, realizar o atendimento a ocorrências de menor complexidade, cuja responsabilidade pertença às Patrulhas de Atendimento Comunitário. Poderá fazê-lo, no entanto, quando as circunstâncias assim o justificarem, mediante avaliação do oficial CPU.
- ❖ As unidades deverão qualificar seu recurso humano que atua no policiamento Tático Móvel, de modo a que seja especializado em operações de controle de distúrbio - OCD Tático.
- ❖ O lançamento das GuTM deverá ser feito mediante Roteiro Estratégico de Policiamento, em substituição aos tradicionais “cartões-programa”.





# APOIO OPERACIONAL

Recobrimento de vulnerabilidades

## Companhia de Suplementação Operacional CiaSOp

Deverá ser criada, em nível de 13ª RPM, a Companhia de Suplementação Operacional (CiaSOp), que será composta de todos os militares integrantes dos serviços de apoio lotados nas Unidades que integram a UDI. Essa fração virtual será comandada por um oficial superior pertencente ao Estado Maior da Região e terá como subcomandante e gestor operacional um oficial intermediário integrante do Estado Maior da Unidade que receber a suplementação.

A Companhia de Suplementação Operacional será composta por todos os militares prontos e dispensados que pertençam às Administrações de todas as Unidades subordinadas (PCS), à Banda de Música e aos respectivos NAIS, totalizando aproximadamente sessenta policiais militares.

A CiaSOp deverá permanecer mobilizável para emprego ordinário e terá conceito de atuação fundamentado nas seguintes premissas:

- ✚ Parte do efetivo da CiaSOp será empregada semanalmente, mediante rodízio, nas sedes de Unidade, conforme planejamento a ser definido pela UDI.
- ✚ A totalidade da CiaSOp será empregada, uma vez por mês, num determinado município, conforme demanda, e mediante rodízio entre unidades. Isso quer dizer que, se o emprego for definido para ocorrer na cidade de Conselheiro Lafaiete, para lá deslocará todo o efetivo da Companhia, assim compreendido, inclusive, aquele proveniente da sede da UDI, do 38º BPM e da 9ª Cia Ind. O horário desse emprego dependerá da disponibilidade de recurso de diária ou alimentação. Poderá, no entanto, ocorrer sem previsão de pagamento de diária, conforme normas em vigor.
- ✚ Toda vez que a CiaSOp for empregada, os dispensados o serão também, em atividades que lhes sejam compatíveis, tais como COPOM ou Registro Posterior de REDS.
- ✚ A definição de emprego da CiaSOp levará em conta a evolução estatístico-criminal e ocorrerá eminentemente em atividades de prevenção ativa, atuando em operações repressivas específicas apenas conforme a demanda.
- ✚ O período de emprego ordinário da CiaSOp terá como parâmetro, preferencialmente, o horário de expediente. Eventualmente, poderá ocorrer emprego fora desse horário.
- ✚ O apoio logístico à CiaSOp será prestado pelo 9º BPM e, suplementarmente, pela unidade que estiver recebendo o apoio.



## APOIO OPERACIONAL

Recobrimento de vulnerabilidades

## Ações Cotidianas de Suplementação à Atividade Finalística

As ações de coordenação e controle são exercidas cotidianamente, em todos os níveis, de forma a apoiar a atividade finalística. Essas ações ocorrem, via de regra, por meio de supervisões e inspeções, programadas ou não. Além dessas atividades, todos os Comandos, em nível de UEOp e Subunidade, exercerão ações de suplementação à atividade finalística, com conceito diverso daquele compreendido nas ações de coordenação e controle.

As ações de suplementação à atividade finalística observarão os seguintes parâmetros:

Ações de suplementação à atividade finalística são empenhos diários de comandantes e chefes de seção, na atividade finalística, seja realizando POG a pé, seja em ponto-base, conforme demandas operacionais do local onde estiver sendo realizado. Não é supervisão, nem inspeção. Essas atividades serão realizadas em outro momento. Aqui estamos falando de policiamento mesmo.

Todo Comandante de Unidade, Subcomandante de Unidade e Comandante de Subunidade, em nível de Cia PM, deverá dedicar pelo menos duas horas de seu expediente, em três dias da semana à sua escolha, para as ações de suplementação à atividade finalística. Para tanto, deverá optar entre a parte da manhã ou da tarde de seu expediente, ocasião em que fará seu empenho no COPOM e deslocar-se-á para o local previamente definido, onde fará policiamento a pé, operação visibilidade ou ponto-base. Poderá fazê-lo, por exemplo, em centros comerciais, casas lotéricas ou vias de acesso à cidade. Deverá estar armado, equipado e em condições de se empenhar em qualquer ocorrência, por iniciativa ou acionamento. O acionamento via Copom será excepcional, e decorrerá, em regra, de crimes violentos com rastreamento.

Da mesma forma, os chefes de Seções de Estado Maior das Unidades serão escalados, mensalmente, em ações de suplementação, individualmente ou como patrulheiro na GuRP do respectivo Comandante ou Subcomandante.

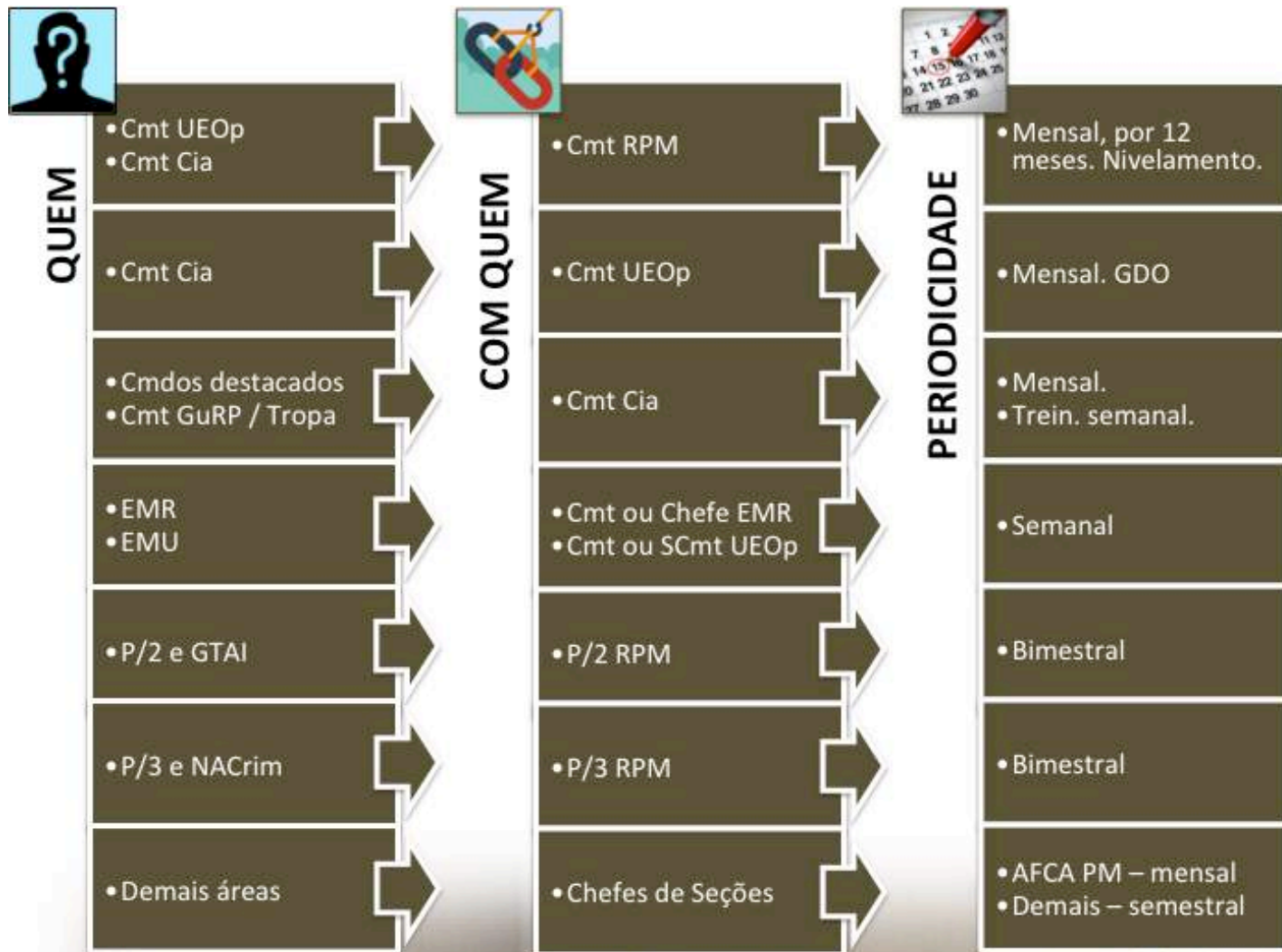


# APOIO OPERACIONAL

Coordenação e Controle

## Reuniões de trabalho entre Comandos e Áreas de Resultado

As reuniões de trabalho, para fins de coordenação e controle, ocorrerão, doravante, da seguinte forma:





# Supervisões Compartilhadas

## Nova rotina de empenho

# APOIO OPERACIONAL

## Coordenação e Controle

As supervisões operacionais, além daquelas já programadas no respectivo calendário de coordenação e controle, serão realizadas, também, por meio de empenho dos Comandantes de Unidade e/ou Comandantes de Cia, em regime de revezamento, nos finais de semana.

Essas supervisões, coordenadas pela 13ª RPM, serão realizadas de modo compartilhado, ou seja, o Comandante não supervisionará sua área ou subárea de atuação, mas a área ou subárea pertencente a outra Unidade Operacional, conforme escala previamente definida.

Trata-se de atividade de coordenação e controle a partir da qual o Comandante acompanhará a rotina de outra unidade e compartilhará com o respectivo Comandante suas observações positivas e negativas, de forma a:

- Destinar uma visão diferente sobre o que está sendo feito por outra unidade;
- Ter contato com outras experiências, de modo a integrá-las à rotina de sua própria unidade.

A atividade deverá ser registrada no sistema COPOM. E o relatório será destinado ao Comandante da Unidade ou Subunidade visitada, com cópia para o Comandante da 13ª RPM.

## Acompanhamento Presencial de Ocorrências

O acompanhamento da rotina operacional, além de garantir a qualidade da prestação de serviços, oportuniza à tropa perceber que seus Comandantes, nos diversos níveis, estão atentos e presentes, como deve ser. Assim, sem prejuízo do envolvimento e até mesmo do registro do fato por parte do oficial CPU, o rol de ocorrências abaixo discriminado será objeto de acompanhamento presencial, por parte dos Comandantes, nos diversos níveis:

Presença obrigatória do Comandante da UEOp:	Presença obrigatória do Comandante de Companhia:	Presença obrigatória do Coordenador de Policiamento
<ul style="list-style-type: none"><li>• Policial Militar morto em decorrência do serviço, em qualquer horário.</li><li>• Homicídio cometido por Policial Militar de serviço, em qualquer horário.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vitimização não letal de Policial Militar de serviço, em qualquer horário.</li><li>• Ocorrência com troca de tiro envolvendo Policial Militar de serviço, em qualquer horário.</li><li>• Ocorrência de explosão de caixa eletrônico, em qualquer horário.</li><li>• Ocorrência de Crime Violento durante o horário de expediente.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorrência de Crime Violento fora do horário de expediente.</li><li>• Demais ocorrências envolvendo Policial Militar de serviço ou de folga.</li><li>• Demais ocorrências, conforme normas específicas.</li></ul>



## Complexo Santa Cecília - Nosso Lar

O Complexo Santa Cecília, em Barbacena, hoje, começa a ser tornar uma realidade. Em suas instalações, estão situadas todas as Unidades da Guarnição Policial Militar de Barbacena, à exceção da 13ª Cia Ind MAT. Há, no entanto, muito trabalho a ser feito:

- ✚ Reforma de instalações para uso de unidades e subunidades, em específico do CAA 13.
- ✚ Reforma do parque desportivo do Complexo Santa Cecília, em especial da quadra, dos vestiários e das áreas de piscina e de churrasco.
- ✚ Instalação, dentro do complexo, de auditório para realização de palestras e eventos diversos.
- ✚ Reforma da Seção de Transportes que atende à GuPM de Barbacena.
- ✚ Reforma de vestiários, seções e salas dentro do complexo, redefinindo o uso do espaço físico disponível e adequando-o à nova realidade do Centro de Apoio Administrativo e da Delegacia de Polícia Judiciária Militar, ambos em perspectiva de instalação na 13ª RPM.



**Centro de Apoio Administrativo - CAA 13**

A gestão de recursos humanos e logísticos no âmbito da Guarnição Policial de Barbacena será centralizada em estrutura própria, por meio do Centro de Apoio Administrativo - CAA 13.

O CAA 13 será chefiado por um Tenente Coronel PM e terá, em sua articulação, toda a gestão de recursos humanos, incluindo SRH, Ajudância e Cia ET, Banda de Música, NAIS e Subcorregedoria. Também agrupará a gestão logística, incluindo P/4, SOFi, Almoarifado, Seção de Transportes, SAT e Seção de Comunicações e Tecnologia.

A fusão das atividades acima mencionadas redundará na redução do efetivo hoje empregado e consequente disponibilização para outras atividades.

## APOIO LOGÍSTICO

Modernização da gestão

## Equipe Regional de Compras

logística da Guarnição Policial de Barbacena, também seja possível centralizar processos de compras. Desta forma, a realização de procedimentos licitatórios para aquisição de material de escritório, peças de viatura, pneus, material de construção e outros bens e serviços passaria a ser feita por uma única Equipe Regional de Compras, diminuindo os custos dessa atividade e liberando recurso humano para a atividade finalística também nas demais unidades da 13ª RPM.

Com a implantação do CAA - 13, a expectativa é que, além de se aglutinar numa única estrutura toda a gestão

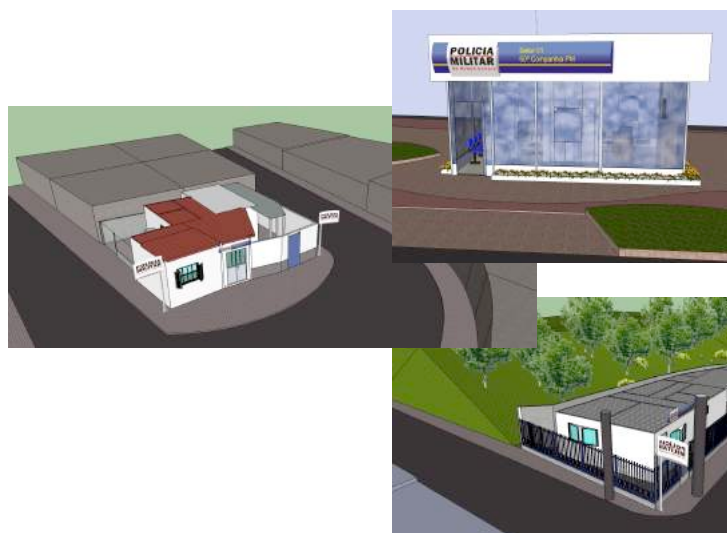
## Uma nova sede para a 60ª Cia PM

A sede da 60ª Cia do 9º BPM encontra-se, hoje, instalada em local estratégico da cidade de Barbacena.

Contudo, prolonga-se por mais de 15 anos o processo de legalização do uso desse espaço, tendo em vista pendências para formalização da cessão de uso pelo DNIT/Brasília.

Superada essa fase, é urgente que se promovam melhorias nas instalações utilizadas, hoje consideravelmente precárias e que não atendem adequadamente à tropa e à população.

É prioridade que se concretize projeto de reforma e adequação das atuais instalações, de modo a torná-las aprazíveis aos usuários.



## Setorização e Bases de Setores

A setorização do policiamento nas sedes de Unidade pressupõe a instalação física do setor próximo à comunidade atendida.

Nesse sentido, Bases de Setor serão construídas. Aquelas que já existirem serão reformadas. E esse será o local de referência para a população atendida. Nele serão confeccionados registros posteriores de ocorrência. Policiais Militares com restrição médica nele permanecerão para atendimento às demandas. O local será ponto de registro de REDS das viaturas. O Tenente que comanda o setor ali terá seu centro de ocupação. Enfim, a Base de Setor será a instalação referência da Polícia Militar no respectivo setor.

As Bases de Setor deverão ser localizadas em praça ou logradouro do respectivo setor, em local estratégico, central e atendido pelas principais vias de acesso aos bairros. Deverão ser visíveis, adequadamente identificadas e acessíveis a todos, inclusive deficientes físicos.



# A Comunicação Organizacional na Atividade Finalística

A Comunicação Organizacional é devesas importante na difusão da Imagem Institucional, principalmente no momento atual, em que se agigantam críticas à atuação das Polícias. Mas o emprego que dela se espera é também no planejamento finalístico. Desta forma, o P/5 passa a ser figura essencial no planejamento operacional das Unidades, não apenas na divulgação de resultados e no relacionamento com a imprensa, mas sobretudo na definição de estratégias de visibilidade.



O policiamento será disposto no terreno a partir de avaliação prévia dos Assessores de Comunicação Organizacional. Chega a ser impensável a ocupação do terreno pela Polícia Militar sem que o P/5 tenha avaliado os aspectos de visibilidade com antecedência. Esse papel é dele. Os Comandantes de Cia têm o dever de observar essa avaliação.

## Visibilidade do Policiamento

O policiamento nas cidades deve ser disposto de forma a se tornar visível, principalmente para as pessoas de bem. É somente assim que gera proteção para as pessoas.

Para que se garanta o máximo em visibilidade, as P/5 deverão realizar estudo em toda a área das Companhias, mormente nas cidades-sede de UEOp, de forma a definir locais de Ponto-Base de viaturas, de permanência de Bases Comunitárias Móveis e de Policiamento a Pé.

A definição desses locais é, doravante, responsabilidade dos Assessores de Comunicação Organizacional.

A máxima visibilidade deve ser foco da ACO, sempre enfatizando a necessidade do uso de todos os meios de ostensividade possíveis: viatura, fardamento, coletes reflexivos, giroflex, sirenadas, tablados, cones e placas indicativas.

## Ferramentas de Visibilidade

A 13ª RPM deverá possuir ferramentas que maximizem a visibilidade da Polícia Militar, seja em policiamentos especiais ou extraordinários, seja em solenidades e eventos sociais.

Para tanto, mediante partição de custos entre as Unidades subordinadas, a 13ª RPM disporá de um pórtico, um blimp e um balão, com a logomarca da PMMG, para uso nesses eventos.

Essas ferramentas permanecerão na sede, sob responsabilidade da P/5 da 13ª RPM, e deverão sempre ser usadas, mediante agendamento prévio, em eventos com a presença da PMMG.



**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL**  
“NÃO FALE SOBRE O SEU PRODUTO, COMO SE FOSSE A ÚLTIMA BOLACHA DO PACOTE.”  
Marcus Sheridan, O Leão de Vendas

# COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

## Uso de Redes Sociais como estratégia de Comunicação Organizacional

O uso de Redes Sociais deve ser fomentado, como estratégia de Comunicação Organizacional, em todos os níveis.

Além de ocorrências policiais e registros de prisões, apreensões e resultados positivos, as frações devem utilizar as Redes Sociais para dar dicas de autoproteção às pessoas.

A prestação de contas também deverá ser fomentada nesse espaço. Mediante avaliação dos respectivos Comandantes, estatísticas de registros devem ser publicadas em Redes Sociais. A perspectiva de transparência, nesse caso, supera a possibilidade de uso de tais informações para fins escusos.

Todos os registros feitos em Redes Sociais por pessoas da população deverão ser monitorados de forma a que eventuais críticas à Instituição sejam prontamente respondidas, com as explicações do fato e a adoção de providências.



### Redes de Comunicação Cuidado com o que se posta!

O uso de redes de comunicação do tipo *whatsapp* e similares deve ser fomentado.

Cuidados devem, no entanto, ser observados:

- ✚ Jamais permitir acesso a informações sigilosas por parte de pessoas estranhas;
- ✚ Cuidado ao transmitir imagens e vídeos na rede, considerando o direito à privacidade;
- ✚ As redes devem ser instituídas pelos respectivos Comandantes, em todos os níveis, para fins exclusivos de serviço, não se permitindo o seu uso para difusão de assuntos estranhos à PMMG;
- ✚ A disciplina e o respeito à Instituição e às pessoas devem ser observados nos grupos e em troca de mensagens privadas. O uso indevido é passivo de responsabilização.

### Ferramentas de Endomarketing

A 13ª RPM já emprega ferramentas de Endomarketing em seu cotidiano.

Devem, contudo, ser priorizadas as seguintes:

- ✚ Uso de Redes, visando manter a tropa informada sobre assuntos de interesse geral;
- ✚ Periódicos podem e devem ser implementados. Deverão, no entanto, ter espaço destinado à publicação de artigos, resenhas ou resumos sobre temas de interesse institucional;
- ✚ Confraternizar com as pessoas deve ser uma constante nas frações, em todos os níveis, e não apenas em ocasiões específicas, como o Natal.



# Relacionamento Externo

## As parcerias que garantem nosso sucesso

## COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A importância do relacionamento externo para a PMMG é comprovada, quando percebemos que as ações são bem sucedidas somente quando há envolvimento de parcerias bem delineadas e desinteressadas.

As Unidades devem prover seus projetos com base em parcerias horizontais, que permitam a transversalidade dos temas enfrentados. Esse enfrentamento multi-institucional do problema é que vai garantir o sucesso das ações.

O uso de parcerias deve ser desinteressado, ou seja, não deve configurar dependência logística que comprometa a isenção da PMMG.

O apoio dado por prefeituras aos Destacamentos não configura dependência, porquanto as questões de segurança pública sejam responsabilidade também dos municípios, embora a Constituição da República não se refira expressamente a isso. Essa interpretação decorre do entendimento de que a CR, ao prever que a segurança pública é responsabilidade de todos, aí incluiu tacitamente as municipalidades.

## Relacionamento com a Imprensa

A Imprensa merece atenção especial, quando se trata de relacionamento externo.

O papel da imprensa na multiplicação da sensação de medo e da violência é reconhecidamente comprovado. Lado outro, sua importância na divulgação das ações policiais e dos resultados auferidos também é uma ferramenta que merece nossa atenção.

A imprensa atuará como parceira da Polícia Militar quando da accountability que será promovida na 13ª RPM. Os projetos e ações devem figurar em local adequado e com a devida visibilidade.

Deve-se cuidar de difundir resultados de operações em nível local e regional, por meio da imprensa escrita, falada e televisionada.

A difusão de ocorrências é papel da imprensa, mas apenas em relação aos fatos, sem citação de nomes e lugares.

Lado outro, é papel da Polícia Militar divulgar suas ações e, sobretudo, suas técnicas. Programas semanais deverão ser criados, para fins de divulgação das técnicas policiais usadas no cotidiano. O cidadão bem informado compreende melhor a ação policial realizada com técnica. Para fins de nivelamento, os programas terão duração de, no máximo, três minutos, e deverão ir no ar ao menos três vezes por semana, com o seguinte chamado “Polícia e Sociedade”.

